

# Diálogos Atlânticos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII

Júnia Ferreira Furtado\*

Universidade Federal de Minas Gerais- Brasil

## 1. O Antigo Sistema Colonial

A história das Minas Colonial não pode ser escrita sem se levar em conta a história do império português, pois foi espaço fulcral desse império ao longo do século XVIII e articula do outro lado do Atlântico suas contradições e suas identidades. Não deixa de ser sintomático, que um dos campos de estudo que a historiografia sobre a região mais contribuiu para a renovação dos estudos históricos foi o do entendimento da conformação do poder metropolitano, não só em seus mecanismos afirmativos, mas também na maneira como se manifestaram as idéias de ruptura, sedição e heresia, que contribuíram para minar as relações políticas entre Portugal e o Brasil. Nesse sentido, essa nova historiografia tem buscado estudar de que forma se dava a articulação entre esses mecanismos infra-estruturais, essenciais à reprodução do poder régio, e como eles se reproduziam localmente, e de que maneira o governo das Minas foi uma experiência ímpar, redimensionado as próprias maneiras de governar no império.

O poder metropolitano se manifestou na sociedade colonial de diferentes maneiras, seja na esfera pública, no nível das instituições, quanto na esfera particular, nas práticas quotidianas. Os estudos das formas de administração colonial, salientando seu aspecto repressor, que foram dominantes na historiografia colonial brasileira até a década de 1970, não foram capazes de explicar como se deu a constituição e a construção de uma identidade comum, entre a metrópole e seus colonos, base essencial para a efetivação da colonização. A visão dicotômica e inconciliável entre a colônia e a metrópole, presente em praticamente toda essa historiografia brasileira até a década de 1970, impossibilitou o real entendimento das relações entre os homens da época, pois, ao contrário do que afirmavam, a base da dominação no interior do império português era a aceitação generalizada do poder real.

No entanto, a aceitação dessa premissa não pode descartar que a reprodução do poder não se dava sem antagonismos, refletidos na própria autonomia e nas singularidades da sociedade colonial que se constituía no outro lado do Atlântico, na qual o escravismo imprimia particularidades próprias. À medida que a Coroa submetia e organizava a região, ela representava a si mesma, reproduzia-se em esferas cada vez menores, duplicava-se e instituíam uma sociedade. No entanto, esta sociedade não era sua expressão direta e, enquanto procurava forjar essa identidade, restava sempre espaço para a afirmação da alteridade. Como num jogo de espelhos ondulados, a sociedade colonial não era um puro reflexo direto da ação metropolitana.

Parte significativa da produção historiográfica recente analisou o período colonial a partir da sua constituição como sistema. Autor expressivo e precursor desta vertente foi Caio Prado Jr.<sup>1</sup>. Em seu importante estudo, ele analisou a sociedade brasileira contemporânea a partir da sua formação no período colonial, salientou que o sistema administrativo então instalado pela

---

\* Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais- Brasil.

<sup>1</sup> Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

metrópole, era caótico e irracional. Transplantado diretamente do modelo português, não se ajustou às especificidades da colônia, pois, extremamente centralizador, parecendo uno e indivisível, gerou na imensidão da colônia uma sensação de desgoverno. Nos centros administrativos, as autoridades tornavam-se poderosas e colocavam todos sob seu arbítrio, já que dispunham de um arsenal legal autoritário. Por outro lado, esses indivíduos eram incapazes de levar sua autoridade à periferia do sistema. A conseqüência foi o surgimento de realidades que não refletiam aquilo que estava previsto na lei. Da incapacidade de tudo controlar, moldou-se um espírito de indisciplina por toda parte e em todos os setores, criando seqüelas irreversíveis na formação da cidadania e do espírito nacionais brasileiros. A dificuldade de estender o poder metropolitano à periferia da colônia gerou uma situação de indisciplina, que marcou indelevelmente a formação da cidadania brasileira.

Para o autor, a imensidão geográfica do Brasil foi determinante na incapacidade das instâncias administrativas portuguesas de se fazerem presentes e de instituírem com eficiência o mando e a autoridade. Com efeito, a predominância do mundo rural deu vez ao aparecimento de potentados e régulos, que estendiam o domínio do privado, e faziam suas a voz do estado<sup>2</sup>. Em sentido contrário à tendência dominante, a urbanização mineira seria um freio a esse impulso centrífugo e tornaria a capitania e, em particular, o distrito diamantino no raro lócus de uma efetiva presença do estado metropolitano, representado na região por todo um aparato tributário e fiscalizador<sup>3</sup>. Essa correlação que Caio Prado Jr. estabelece entre urbanização e fortalecimento do aparato administrativo foi decisiva para a análise da região mineradora, usualmente vista como tendo forte presença do estado metropolitano, vertente tão bem representada nos estudos de Francisco Iglésias<sup>4</sup>.

Para Fernando Novais (1979)<sup>5</sup>, o estudo da colônia só tem sentido enquanto parte de um sistema analítico - o Antigo Sistema Colonial. O vértice desta política se assentava no exercício do exclusivo metropolitano, que negava a possibilidade de desenvolvimento interno à colônia e cuja dominação só se tornava possível dentro de um rígido controle administrativo. Cabia à colônia enriquecer a metrópole e sua dinâmica interna era explicada a partir desse papel subordinado, essencial na formação da acumulação primitiva do capital. Tal análise foi criticada nos anos que se seguiram, basicamente por subordinar toda a dinâmica interna colonial às diretrizes externas e à sua inserção no sistema comercial capitalista. O resultado da aceitação dessa premissa foi a produção de estudos que se baseavam na premissa prévia de uma contradição entre os interesses metropolitanos e coloniais e, do avanço deste processo, decorreria, inevitavelmente, o rompimento formal entre os dois lados e a concretização da independência. Apesar de reconhecerem a complexidade das relações que se estabeleceram entre o estado metropolitano e a sociedade colonial, os autores partiam de um eixo comum: centraram a compreensão da colonização numa dicotomia irreconciliável entre a colônia e a metrópole. A metrópole não poderia permitir que a classe dominante colonial usufruísse das riquezas locais, a serem drenadas para a burguesia mercantil metropolitana. Nesta medida, um conflito latente se estabelecia entre as duas classes, intercedido pela Coroa, que buscava a transferência dessas riquezas para dentro dos limites da nação, o que só podia ser feito por meio de uma política despótica e autoritária. Na perspectiva marxista, isto significava que à medida que a metrópole engendrava o sistema, ela ia criando os próprios germes de sua destruição, pois só podia acumular retirando, da camada local, o usufruto dessas riquezas e esta só poderia prosperar com o fim dos entraves coloniais. Ao mesmo tempo, apesar disso contrariar os interesses da metrópole, a exploração das riquezas não poderia deixar de provocar o desenvolvimento interno da colônia, contribuindo inevitavelmente

---

<sup>2</sup> Caio PRADO JR., «Administração», *Formação do Brasil ... cit.*, pp.298-340.

<sup>3</sup> Caio PRADO JR., «Mineração», *Formação do Brasil... cit.*, pp. 169-185.

<sup>4</sup> FRANCISCO IGLÉSIAS, «Minas e a imposição do Estado no Brasil», *Revista de História*, São Paulo, vol.50, pp. 257-273, 1974.

<sup>5</sup> Fernando NOVAIS, *Portugal e o Brasil na crise da Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, Hucitec, 1979.

para a derrocada do próprio sistema, minando irreversivelmente as suas bases de sustentação. Isso é o que explica que grande parte do estudo de Novais se foque na elite ilustrada que em fins de século XVIII apregoava a necessidade de desenvolvimento e diversificação da economia colonial.

Maria Odila Leite da Silva Dias, em trabalho clássico, no entanto, chamou a atenção para a necessidade de se estudar a formação da nacionalidade brasileira desvinculada “da imagem tradicional da colônia em luta contra a metrópole”<sup>6</sup>. A imagem de uma luta permanente entre os dois pólos acabou levando ao esquecimento o estudo das condições internas da colônia, “de enraizamento de interesses portugueses e sobretudo o processo de interiorização da metrópole no centro-sul da colônia”<sup>7</sup>. A mesma autora, em seu livro *O fardo do homem branco*, salientava que, no século XIX, que o historiador inglês Robert Southey, desvinculado do processo de construção da identidade nacional brasileira forjada em oposição à portuguesa o que marcou a nascente História do Brasil, chamou a atenção para o fato de que a obra da colonização era constituída do “lento enraizamento dos costumes e das tradições, até que se esboçassem os germes de um futuro Estado nacional”<sup>8</sup>.

## 2. Minas e a renovação historiográfica

Os primeiros ventos de mudança no panorama histórico sobre as Minas setecentistas surgiram em fins dos anos 70. No célebre artigo *Economia do Ouro em Minas Gerais*, de 1978, Wilson Cano chamou a atenção para a necessidade de se estudar a história das Minas a partir de outro contexto que não o da opulência<sup>9</sup>. Seu apelo encontrou eco em uma dissertação de mestrado, escrita na aurora dos anos 80, que, por suas perspectivas inovadoras, tanto metodológica quanto temática, se tornou importante marco na historiografia mineira sobre o período colonial. *Desclassificados do ouro*<sup>10</sup>, de Laura Mello e Souza, provocou uma verdadeira revolução nas interpretações do século XVIII mineiro. Embalada pela influência do capítulo “Vida social” de Caio Prado Jr. e da moderna historiografia social européia, representada particularmente pelas reflexões de Michael Foucault sobre a microfísica do poder<sup>11</sup> o estudo salientava o universo da pobreza e dos marginais, na esteira da centralização do estado moderno. A autora recusou a noção de riqueza da sociedade mineira e mergulhou no universo dos desclassificados, procurando ao mesmo tempo desvendar o processo de constituição da administração portuguesa na região.

Na análise da administração e do estado, o texto exerceu profunda influência nos estudos que lhe seguiram. Ao amalgamar a análise de Caio Prado Jr, que via no desgoverno a marca da presença portuguesa, e a de Raymundo Faoro, que acentuava o centralismo e o controle efetivo

---

<sup>6</sup> DIAS, «A interiorização da metrópole (1808-1853)», Carlos Guilherme MOTA, 1822: *Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1982, pp. 160-184.

<sup>7</sup> Idem, *Ibidem*, p. 165.

<sup>8</sup>, Maria Odila Leite da Silva DIAS, *O fardo do homem branco*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1974, p. 231. Para ele “o mais importante num empreendimento colonial era o transplante das instituições e a consolidação de um novo Estado, como desdobramento da metrópole” (pp.197-198). Apesar do caráter dispersivo da colônia, das forças centrífugas ali atuantes, a colonização era um processo lento, irreversível, “um crescimento quase vegetativo, sem transições bruscas ou mudanças radicais na estrutura social e na mentalidade dos colonos” (p. 255). “A colonização se justificava como difusão da obra da civilização, possibilitada pelo enraizamento das instituições metropolitanas, principalmente com o desenvolvimento do comércio, acelerado com a descoberta dos metais.” (p. 287). Southey acreditava que a transferência da Corte e os benefícios do comércio livre, retirando os principais entraves ao desenvolvimento, tornavam possível “a continuação da dependência administrativa das metrópoles” (p. 195).

<sup>9</sup> Wilson CANO, «Economia do ouro em Minas Gerais», *Contexto*, São Paulo, vol. 3, julho de 1977.

<sup>10</sup> Laura de Mello e SOUZA, *Desclassificados do ouro - a pobreza mineira no século XVIII*, 1ª. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1982.

<sup>11</sup> Laura de Mello e SOUZA, «Prefácio à segunda edição», *Desclassificados do ouro*, 2ª.ed., Rio de Janeiro, Graal, 2004.

da região por parte das autoridades <sup>12</sup>, Laura de Mello e Souza cunhou a expressão o “agre e o doce”, como representativa da forma como o poder metropolitano se efetivou na colônia, a partir do estudo de caso das Minas Gerais. De um lado, as autoridades metropolitanas pareciam se agigantar, pois uma vez longe do centro do poder – o rei –, esses funcionários tomavam para si a voz do soberano, de outro, a imensidão rural da capitania facilitava o alargamento do poder privado e acentuava a sensação de desgoverno <sup>13</sup>.

O *Desclassificados do ouro* <sup>14</sup> também se debruçou sobre a posição e o tipo de vida desfrutada por homens e mulheres na capitania, demonstrando que a mesma era decorrente de suas posses. A massa de pessoas de cor e mestiças que infestavam a região vivia em eterna instabilidade e à margem da sociedade senhor-escravo que se institucionalizara. A autora aponta que a sociedade mineradora antes de ser a sociedade da riqueza, nivelou a população por baixo, democratizando a pobreza e gerando uma massa significativa de desclassificados sociais. Entre esses, a vida corria completamente fora do controle das instituições, sendo que desvios da norma, como concubinatos e bastardias, foram constantemente arrolados como crimes nas visitas episcopais que periodicamente esquadrihavam as Minas, no período colonial.

Foi a partir da obra pioneira de Laura Mello e Souza que a influência das novas metodologias, que há muito dominavam os estudos históricos na Europa, vão se fazer sentir na historiografia referente às Minas Gerais setecentistas. Só então, a Escola dos *Annales* e a História Social Inglesa, nos seus mais diversos matizes, vão se tornar parâmetros, tanto metodológica, quanto tematicamente para os historiadores da região. Este revisionismo histórico não significou a pura adaptação das análises sobre o continente europeu à realidade da capitania, mas permitiram uma releitura da história das Minas à luz de sua própria especificidade. Os novos estudos que se seguiram buscaram não apenas o particular, o rotineiro, mas, a partir do que fosse específico nas Minas Gerais, captar as linhas de força que caracterizavam a sociedade mineradora.

Consequência dessa renovação foi também a ampliação nunca vista do conceito de fontes. Em consonância com as novas metodologias, deixou-se de privilegiar os documentos escritos e oficiais, de caráter eminentemente administrativo, para que praticamente qualquer vestígio da ação humana na região mineradora se tornasse ferramenta para o historiador. Isso permitiu a reconstrução do dia-a-dia de seus habitantes, utilizando, entre outros, os censos populacionais, os registros de batismo, as devassas episcopais, a iconografia, os ex-votos, os compromissos de irmandades, os livros que circularam na capitania, as edificações, o próprio espaço urbano e mais raramente, porque mais incomuns, as cartas, os diários, etc.

Uma das características marcantes destas novas abordagens sobre o período colonial mineiro foi o fato de tais estudos serem frutos das universidades, o que evidencia a influência da implantação e expansão das pós-graduações no Brasil, após os anos 50. Num primeiro momento, grande parte desses trabalhos foi oriunda da pós-graduação em História da USP, para depois se descentralizarem progressivamente, destacando-se também os programas da UFMG (cuja produção sobre o tema vem se tornando dominante no nível de mestrado e despontando no nível de doutorado), UFF e UNICAMP. De caráter monográfico <sup>15</sup>, esses estudos apresentavam, no seu conjunto, aspectos mais analíticos, com rigor metodológico e preocupação de se nortearem a partir de um viés teórico e de uma problematização do objeto, o que lhes imprime um caráter eminentemente científico.

---

<sup>12</sup> Raymundo FAORO, *Os donos do poder*, formação do patronato político brasileiro, 3ª. ed. Porto Alegre, Globo, 1976.

<sup>13</sup> Laura de Mello e SOUZA, «Nas redes do poder», *Desclassificados do ouro...* cit., pp. 91-140.

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>15</sup> Na direção contrária desse perfil monográfico que tem dominado os trabalhos em História de Minas e optando por uma abordagem mais totalizadora ver Adriana ROMEIRO e Ângela Vianna BOTELHO, *Dicionário Histórico das Minas Gerais – período colonial*, Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

Para se fazer uma análise das características e perspectivas da produção historiográfica sobre as Minas Gerais referente ao tema das relações de poder entre colônia e metrópole, no período colonial, realizada nos últimos 25 anos, torna-se necessário escolher um eixo norteador. Como exemplo, pode-se optar por arrolar a produção pelos diferentes recortes metodológicos, tentar perceber os temas escolhidos pelos historiadores, partir da tipologia das fontes empregadas ou ainda utilizar recortes geográficos locais ou regionais, tomando como eixo as vilas mineradoras ou as comarcas de que se compunha a capitania<sup>16</sup>. O presente texto tentará fazer uma mescla dessas abordagens, analisando as várias perspectivas inovadoras, sejam nos temas, nas fontes ou na metodologia, como também o processo de releitura da temática das formas que o poder se organizou a capitania durante o período colonial.

A primeira dificuldade em analisar essa produção historiográfica consiste em conseguir delimitar em unidades estanques os diferentes tipos de estudo. Devido ao caráter interdisciplinar, à fluidez dos temas e das abordagens, as linhas demarcatórias de cunho metodológico são muito tênues, situando muitos dos estudos nas áreas de fronteira, ao integrarem as esferas do social, do econômico, do político ou do cultural. Também este artigo não pretende dar conta de toda a produção historiográfica dos últimos vinte anos, tarefa dificultada por essa produção ter crescido em ritmo vertiginoso, mas lançar mão de obras que possam exemplificar as tendências marcantes desse conjunto. Nesse sentido, também devido ao volume de trabalhos, se privilegiou a análise de livros, teses e dissertações respectivamente e, em menor grau, de artigos.

### **3. Minas de todo o delírio: relações de poder, motins, revoltas e inconfidências**

Um dos campos de estudo que a historiografia mineira mais contribuiu para a renovação historiográfica no Brasil e em Portugal, sugerido a partir de *Os desclassificados do ouro*, foi o da conformação do poder metropolitano nas Minas Gerais. Ao dar um novo significado às interpretações clássicas de Caio Prado Jr. e de Raymundo Faoro, redimensionando o papel das autoridades coloniais na capitania, o livro abriu uma pujante veia historiográfica<sup>17</sup>. Nesse aspecto, os trabalhos dos historiadores mais recentes têm se insurgido contra a dicotomia colônia X metrópole como o modelo ideal para explicar as relações entre Portugal e seu império ultramarino na época moderna<sup>18</sup>. Também têm procurado salientar que a fidelidade ao trono português e a percepção de serem súditos de um império transoceânico foram fundamentais para a manutenção e a expansão do poder real na América portuguesa<sup>19</sup>.

Os estudos têm convergido para a percepção de que a compreensão das formas como o poder se estruturou nas Minas só é possível a partir de entendimento dos mecanismos de legitimação da monarquia portuguesa, considerados elementos-chave para a análise da questão. Essas formas eram decorrentes do discurso jurídico formulado para justificar a Restauração portuguesa, que defendia a autonomia nacional e a Coroa como pertencente de direito a dom João IV, e que se baseou no axioma de que o poder político pertencia ao povo, que o concede ao

---

<sup>16</sup> Ver Francisco IGLÉSIAS, «Perspectivas da história econômica de Minas Gerais, 1889-1930», *Colloques Internationaux du CNRS*, N.543, L'Histoire quantitative du Brésil de 1800-1930, n.p. Paris, 1973; Maria do Carmo Alvarenga de Andrade GOMES, *A produção do conhecimento histórico e o documento: estudo da relação entre a historiografia mineira e as fontes primárias*, Belo Horizonte, UFMG, 1994. (Dissertação, Mestrado em Ciência da Informação).

<sup>17</sup> Laura de Mello e SOUZA, «Nas redes do poder», *Desclassificados do ouro... cit.*, pp. 91-140.

<sup>18</sup> Júnia Ferreira FURTADO, *O Livro da Capa Verde; a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*, São Paulo, Annablume, 1996; Idem, *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 1999.

<sup>19</sup> Júnia Ferreira FURTADO, *Homens de Negócio... cit.*; Rodrigo Bentes MONTEIRO, *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América*, São Paulo, Hucitec, 2003; Marco Antônio Silveira, *O universo do indistinto – estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1997; Maria Verônica CAMPOS, *Governo de Mineiros – de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado – 1693 a 1737*, São Paulo, USP, 2002. (Tese, Doutorado em História).

rei na forma de um contrato que, apesar de perpétuo, pode ser retomado em situações de tirania<sup>20</sup>. Essa concepção de que o poder real se legitimava por meio de um pacto constituiu-se no mecanismo central que garantia a fidelidade dos governados tanto no reino quanto no império oceânico, estendendo-se às Minas Gerais no primeiro quartel do século XVIII<sup>21</sup>. Era o amor, e não o temor, o principal valor intercambiado entre o rei e seus vassallos, não importando em que espaço geográfico do vasto império se encontrassem. Mas era esse mesmo poder que, emanando diretamente do povo para seu soberano, impunha limites à atuação dos monarcas, que buscavam o constante beneplácito dos governados ao se apresentarem como reis magnânimos e misericordiosos, o que acabou por conferir à coroa portuguesa a sensação de fragilidade e revelava os limites desse mesmo poder<sup>22</sup>.

Em geral, o que a nova historiografia mineira tem buscado foi de que forma a articulação entre esses mecanismos infra-estruturais, essenciais à reprodução do poder régio, se reproduzia no império, e de que maneira o governo das Minas foi uma experiência ímpar, redimensionado as próprias maneiras de governar no império: “a experiência da coroa em Minas foi renovadora, pois refundiu, revigorou e aprofundou modelos de centralização monárquica iniciados no governo geral”<sup>23</sup>. Também tem apontado que, durante o período pombalino, as tentativas de transformações nesse axioma, até então base de legitimidade do poder régio, na busca de um reforço do absolutismo monárquico, pretendia diminuir o poder de negociação aos súditos, conferindo-lhes um novo *status* na ordem política. Essas ações trouxeram apreensão e inconformismo<sup>24</sup> e se refletiram em inúmeros levantes ocorridos em Minas, no terceiro quartel do século XVIII<sup>25</sup>.

Na mesma direção, parte dos trabalhos atentou para a reprodução do poder fora das instituições, procurando demonstrar que vários mecanismos informais se situavam além do aparelho de estado, tornando inseparáveis e não simplesmente opostos os interesses que ligavam a colônia e a metrópole<sup>26</sup>. Percebeu-se também que os mecanismos de identificação entre os súditos e os soberanos remontavam na capitania ao período de expansão das fronteiras para a região mineradora, quando os bandeirantes paulistas alargavam o território do ultramar. Esses eram motivados não apenas por interesses econômicos, mas estavam em busca de serviços e de práticas que pudessem ser usados como moeda de troca na concessão de honras, mercês e títulos que conferiam prestígio e os inseririam nas cadeias hierárquicas que se teciam desde o reino<sup>27</sup>.

<sup>20</sup> Ângela Barreto XAVIER, *El Rei aonde póde, e não aonde quer: razões da política no Portugal seiscentista*, Lisboa: Edições Colibri, 1998.

<sup>21</sup> Rodrigo Bentes MONTEIRO, *O rei no espelho...* cit.; Luís Carlos VILLALTA, «Do século das Luzes à independência», in *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*, São Paulo, FFLCH-USP, 1999, pp. 355-456. (Tese, Doutorado em História)

<sup>22</sup> António Manuel HESPAÑA e Ângela XAVIER, «As redes clientelares», in José MATTOSO (org.), *História de Portugal: o Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993. vol. 4, pp. 381-393.

<sup>23</sup> Maria Verónica CAMPOS, *Governo de Mineiros...* cit., p. 23.

<sup>24</sup> Luís Carlos VILLALTA, «Do século das Luzes à independência», in *Reformismo ilustrado...* cit., pp. 355-456.

<sup>25</sup> Carla Maria Junho ANASTASIA, «A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas», *Varia Historia*, Belo Horizonte, n.º 28, pp. 29-38, dez. 2002; Luís Carlos VILLALTA, «Leituras e Inconfidência mineira», *Reformismo ilustrado...* cit., pp. 457-516; Leandro Pena CATÃO, *Sacrílegas palavras: as inconfidências de Curvelo*, Belo Horizonte, UFMG, 2005 (Tese, Doutorado em História).

<sup>26</sup> Júnia Ferreira FURTADO, *Homens de Negócio*; Marco António SILVEIRA, *Fama pública - poder e costume nas Minas setecentistas*, São Paulo, USP, 2000. (Tese, Doutorado em História); Maria Verónica CAMPOS, *Governo de Mineiros...* cit.

<sup>27</sup> Francisco Eduardo de ANDRADE, *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822)*, São Paulo, USP, 2002. (Tese, Doutorado em História); Márcio Roberto Alves dos SANTOS, *Bandeirantes Paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande – 1688-1732*, Belo Horizonte, UFMG, 2004 (Dissertação, Mestrado em História); Adriana ROMEIRO, *A guerra dos emboabas: práticas e representações políticas nas Minas setecentistas*, Belo Horizonte, CNPq, 2004 (mimeo).

Essas cadeias hierárquicas se estendiam desde Portugal e envolviam as autoridades que se deslocavam não só pelas diferentes capitanias, mas por diversos territórios do império oceânico português. Nesse sentido, os historiadores mineiros têm apontado para a necessidade de articular a atuação desses funcionários não apenas em Minas, mas no desempenho de inúmeros outros cargos em diversas porções do império. Novo campo temático que tem se apresentado para auxiliar a compreensão das práticas políticas e das relações de poder que se estabeleceram na região e que promoveram a identificação ou o embate entre os administradores e a população local é o do estudo vertical da composição da elite mineradora<sup>28</sup> e da trajetória de vida e administrativa dos funcionários régios, com destaque para o caso dos governadores<sup>29</sup>.

Mas como introjetar nos vassallos o poder da coroa? Em muitos casos a lei se tornou o campo de intermediação do poder entre o rei e seus vassallos, como também campo de conflito. A partir desse entendimento, as novas abordagens não se limitam a repetir o paradigma de que a realidade era um simples reflexo da legislação, pois “a história local não se limita à execução de uma legislação perversa, formulada pelos impiedosos legisladores e ampliada pelo autoritarismo dos administradores”<sup>30</sup>. A lei passou a ser estudada como um instrumento dinâmico, que refletia os embates que a sociedade enfrentava, e que procurava enquadrar e se adaptar à realidade da capitania sempre em transformação<sup>31</sup>. Na mesma direção, tem-se buscado analisar as instituições jurídicas em vigor nas Minas Gerais e o papel de seus funcionários no desempenho de seus cargos e funções administrativas<sup>32</sup>. Os novos estudos têm acentuado para o papel de intermediação ocupado tanto pelas elites locais pelos funcionários régios em atuação na capitania<sup>33</sup>.

O controle estatal nas Minas se manifestou em grande parte por meio do fiscalismo e da tributação. O aspecto exógeno da produção da riqueza na capitania e sua importância para a manutenção do exclusivo metropolitano foi em menor grau a problemática que norteou os novos

---

<sup>28</sup> Virgínia Maria Trindade VALADARES, *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos (1700-1800)*, Lisboa, Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, 2002. 2 vols. (Tese, Doutorado em História); Júnia Ferreira FURTADO, «O contrato Diamantino», in *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 207-224; Carla Maria Carvalho de ALMEIDA, *Homens ricos, homens bons: produção de alimentos e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822*, Niterói, UFF, 2001. (Tese, Doutorado em História); Vera Alice Cardoso SILVA, «Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira», *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, 2004, pp. 97-119,

<sup>29</sup> Laura de Mello e SOUZA, «Os nobres governadores de Minas: mitologias e histórias familiares», in *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999, pp. 175-199; Idem, «D. Pedro de Almeida Portugal e a revolta de 1720 em Vila Rica», in Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 193-213; Virgínia Maria Trindade VALADARES, *A sombra do poder – Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*, Lisboa: Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, 1997. 2 vols. (Dissertação, Mestrado em História), pp. 175-199; Júnia Ferreira FURTADO, «As relações de poder», in *O Livro da Capa Verde*, pp. 157-216; Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, «Rapsódia para um bacharel», in Luciano R. de A. FIGUEIREDO e Maria Verónica CAMPOS, *Código Costa Matoso*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1999, vol. 1, pp. 37-154; Adriana ROMEIRO, «Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas», in *História: Fronteiras*, vol. I. São Paulo: Humanitas / USP, 1999, pp. 321-335; Erik Lars MYRUP, «To rule from afar: Brazil in the making of Portugal's overseas council», in *Imperial (re)visions: Brazil and the portuguese seaborne empire*, New Haven, Yale University, 2002. (mimeo).

<sup>30</sup> Júnia Ferreira FURTADO, *O livro da capa verde... cit.*, p. 219.

<sup>31</sup> Carla Maria Junho ANASTASIA, «A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas»; Álvaro de Araújo ANTUNES, «Nos pleitos: usos das leituras e práticas judiciais», in *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*, São Paulo, Annablume, 2004, pp. 169-221.

<sup>32</sup> Álvaro de Araújo ANTUNES, *Espelho de cem faces... cit.*; Carmem Sílvia LEMOS, *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*, Belo Horizonte, UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado em História); Maria Elisa de Campos SOUZA, *Administração, justiça e relações de poder: ouvidorias de comarcas nas Minas setecentistas*, Niterói, UFF, 2000. (Dissertação, Mestrado em História).

<sup>33</sup> Júnia Ferreira FURTADO, *O livro da capa verde... cit.*; Idem, *Homens de negócio... cit* Carmem Sílvia LEMOS, *A justiça local... cit.*, Flávio Marcus da SILVA, *Subsistência e poder – a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*, Belo Horizonte, UFMG, 2002. (Tese, Doutorado em História); Maria Verónica CAMPOS, *Governo de Mineiros... cit.*; Maria Elisa de Campos SOUZA, *Administração, justiça e relações de poder... cit.*

estudos sobre a tributação, superada pelas tentativas de compreensão dos significados da tributação tanto para o poder que a instituiu quanto para os súditos que a pagavam. Importante prerrogativa do poder régio, o pagamento do tributo pelos governados implicava na aceitação da legitimidade desse mesmo poder. Desta forma, os tributos também se tornaram fonte de embate entre governantes e governados<sup>34</sup>, conflito esse intermediado pelos contratadores, que conferiam à administração dos tributos na capitania um caráter privado<sup>35</sup>.

“O elemento de maior originalidade na política tributária em Minas Gerais (...) esteve representado no peso representado pelo contrabando e pelo descaminho. (...) A intensidade com que transcorria o contrabando trazia novos conteúdos ao pacto que constituía a relação entre governantes portugueses e súditos mineiros”<sup>36</sup>. O contrabando de ouro e diamantes passou a ser visto não apenas como atividade ilegítima, mas também na medida em que impunha novas formas de governar e redimensionava a relação de poder entre a população local e os administradores metropolitanos. Para as Minas, ao mesmo tempo que se tem procurado compreender a dimensão total do volume alcançado pelo contrabando, buscou-se analisar a dimensão social e o significado dessas redes de contrabando e em que medida elas reproduziam as cadeias hierárquicas que era o mecanismo de identificação formal e informal da sociedade colonial. Redimensionar as intrincadas relações entre a prática do lícito e do ilícito, mesmo no interior do próprio aparelho administrativo, e de que maneira a população local usufruiu dessas atividades ilegais têm sido o desafio dos historiadores<sup>37</sup>. Desses estudos emerge que mesmo com inúmeros mecanismos de reforço das identidades no interior do império, a sociedade mineira não era puro espelho da do reino e se apresentava de maneira múltipla e plural<sup>38</sup>. Nesse sentido, era constante a dificuldade dos administradores de controlar uma população que se caracterizava pela fluidez e pela indistinção social<sup>39</sup>. A violência individual e interpessoal foi fenômeno constante nessa sociedade, onde muitas vezes os conflitos resultavam em práticas agressivas que, não raro, terminavam em mortes<sup>40</sup>. Muitos estudos têm se direcionado para o entendimento dessa violência cotidiana que marcava o viver nas Minas<sup>41</sup>, que se evidencia a partir de várias

<sup>34</sup> Luiz Antônio Silva ARAÚJO, *Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: o estudo de caso - João de Souza Lisboa (1745-1765)*, Niterói, UFF, 2003. (Dissertação, Mestrado em História); Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, «Prudência e luzes no cálculo econômico do antigo regime: fiscalidade e derrama em Minas Gerais. (notas preliminares para discussão)», in *10º. Seminário sobre economia mineira*, Diamantina, CEDEPLAR, 2002. (publicação eletrônica); Maria Verônica CAMPOS, «Todos os descaminhos conduzem a um novo tributo», in *Governo de Mineiros*, pp. 105-134.

<sup>35</sup> Júnia Ferreira FURTADO, «O Labirinto da Fortuna; ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes», in *História: Fronteiras*. vol. I. São Paulo, Humanitas / USP, 1999, pp. 309-319; Luiz Antônio Silva ARAÚJO, *Contratos e tributos nas Minas Setecentista*; Rodrigo de Almeida FERREIRA, *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771)*, Belo Horizonte, UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História).

<sup>36</sup> Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, «Prudência e luzes no cálculo econômico do antigo regime: fiscalidade e derrama em Minas Gerais» ... cit., p. 4.

<sup>37</sup> Ernest PINJING, *Controlling contraband: mentality, economy and society in Eighteenth century*, Baltimore, Johns Hopkins, 1997. (Tese, Doutorado em História); Paulo Cavalcanti de OLIVEIRA JÚNIOR, *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa*, São Paulo, FFLCH-USP, 2002. (Tese, Doutorado em História); Ivana Denise PARRELA, *O teatro das desordens: garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu – 1768-1800*, Belo Horizonte, UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado em História); Rodrigo de Almeida FERREIRA, *O descaminho de diamantes...* cit.; Maria Verônica CAMPOS, «Todos os descaminhos conduzem a um novo tributo», in *Governo de Mineiros...* cit., pp. 105-134; Júnia Ferreira FURTADO, *O Labirinto da Fortuna...* cit.

<sup>38</sup> Júnia Ferreira FURTADO, *O Livro da Capa Verde...* cit.

<sup>39</sup> Marco Antônio SILVEIRA, *O universo do indistinto...* cit.

<sup>40</sup> Carla Maria Junho ANASTASIA, *A Geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005.

<sup>41</sup> Laura de Mello e SOUZA, *Desclassificados do ouro...* cit.; Carla Maria Junho ANASTASIA, «Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira», in Mary del PRIORE (org), *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*, Rio de Janeiro, Campus, 2000, pp. 115-126; Emanuel ARAÚJO, *Teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993; Maria Odila Leite da Silva DIAS, «Nos sertões do rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento, 1710-1733», in Luís

fontes como os processos criminais e outras menos evidentes como os tratados de medicina. Nas páginas do *Erário Mineral*, Luís Gomes Ferreira, preocupado em contar seus feitos médicos, retrata a violência interpessoal que marcava as relações do espaço urbano minerador nos inúmeros casos que tratou ocasionados pelo uso de armas brancas e de fogo <sup>42</sup>.

Novos trabalhos têm se debruçado sobre a política de militarização da capitania, buscando compreender os diferentes níveis de organização das forças militares – Ordenanças, Pedestres, Dragões, etc – e seus diversos papéis. Também têm procurado desnudar a superposição e os enfrentamentos dos interesses das elites locais, recrutadas nos diversos destacamentos, e dos interesses metropolitanos <sup>43</sup>.

Esse longo século XVIII nas Minas se caracterizou pela lenta afirmação e consolidação do poder real, mas também foi marcado por constantes ameaças à dominação da monarquia, seja por meio dos perigos internos – os motins, os atentados e as conspirações – ou externos – as guerras e as invasões estrangeiras. Tema abordado por vários trabalhos foi o da violência coletiva, manifesto nos diversos motins e revoltas coloniais, que apontaram para a importância e a generalização dos movimentos de rebeldia nas Minas setecentistas <sup>44</sup>, inclusive de escravos <sup>45</sup>. Recentemente, as análises mais aprofundadas desses movimentos buscaram os padrões de comportamentos, de objetivos, do papel e do perfil dos atores na tentativa de esboçar uma tipificação desses movimentos e os padrões que se repetem no diferentes levantes que sacudiram

---

Gomes FERREIRA, *Erário Mineral*. Org. de Júnia Ferreira FURTADO, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2001. vol. 1, pp. 45-105; Ramon Fernandes GROSSI, *O medo na Capitania das Minas na segunda metade do setecentos*, Belo Horizonte, UFMG, 1999 (Dissertação, Mestrado em História); Carmem Silvia LEMOS, *A justiça local: os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*, Belo Horizonte, UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado em História); Célia Nonata da SILVA, *A teia da vida: violência interpessoal nas minas setecentistas...* cit.; Liana Maria REIS, *Por ser público e notório: escravos urbanos e criminalidade na capitania de Minas (1720-1800)*, São Paulo, FFLCH-USP, 2002. (Tese, Doutorado em História); Liana Maria REIS, «Minas armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista», *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, 2004, pp. 166-188.

<sup>42</sup> Luís Gomes FERREIRA *Erário Mineral*. cit., org. de Júnia Ferreira FURTADO, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2001, 2 vols. (Coleção Mineiriana)

<sup>43</sup> Francis Albert COTTA, *Políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas*, Belo Horizonte, UFMG, 2004 (Tese: doutorado em História); Idem, *Milícias negras e pardas nas Minas do século XVIII*. Cronos, Pedro Leopoldo, vol. 7, 2003, pp. 25-53; Christiane Figueiredo Pagano de MELLO, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do Século XVIII. As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América*, Niterói, UFF, 2002. (Tese, Doutorado em História); Liana Maria REIS, «Minas armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista» ... cit.

<sup>44</sup> Carla Maria Junho ANASTASIA, «Potentados e bandidos: os motins do São Francisco», *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, FAFICH / UFMG, vol. 9, 1989, pp. 74-85; Carla Maria Junho ANASTASIA, *Vassallos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII*, Belo Horizonte, Ed. UFMG / C/Arte, 1998; Idem e Flávio Marcus SILVA, «Levantamentos setecentistas mineiros, violência coletiva e acomodação», in Júnia F. FURTADO (org), *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001, pp. 307-332; Laura de Mello e. SOUZA, «D. Pedro de Almeida Portugal e a revolta de 1720 em Vila Rica» ... cit.; Laura de Mello e. Souza, «Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII», in Adauto NOVAIS, *Tempo e história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 347-366; Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, «Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial», *LPH. Revista de História*, Ouro Preto, vol. 5, 1995, pp. 56-87; Idem, «O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII», in Júnia F. FURTADO (org), *Diálogos Oceânicos...* cit., pp. 197-254; Adriana ROMERO, *Um visionário na Corte de D. João V*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001; Idem, «A guerra dos emboabas: práticas e representações políticas nas Minas setecentistas» ... cit.; Maria Beatriz Nizza da SILVA, «Um brasileiro nas malhas da Inquisição: o mineiro José Joaquim Vieira Couto e a Maçonaria», in *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 249-264.

<sup>45</sup> Marcos F. ANDRADE, *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais*, Belo Horizonte, UFMG, 1996. (Dissertação, Mestrado em História); Carlos Magno GUIMARÃES, «Escravidão e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII», in Maria Beatriz N. SILVA (org), *Brasil: colonização e escravidão*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. pp. 324-338; Carlos Magno GUIMARÃES, *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*, São Paulo, Ícone, 1988; Laura de Mello e SOUZA, «Escravidão, norma e conflito social», in *Norma e conflito*, pp. 83-150.

todo o império<sup>46</sup>. Também de que maneira, a rebeldia nas Minas se configurou em padrões inéditos de comportamento e violência, e como introduziu práticas novas no espectro da cultura política rebelde do império<sup>47</sup>.

O trânsito de idéias entre os dois continentes constituía pano de fundo comum capaz de unificar o mundo transoceânico português, configurando semelhanças que se revelam não só no compartilhar das formas de submissão, mas no próprio espectro político das rebeliões. Em geral, as rebeliões não questionaram a fidelidade ao rei, mas imputavam aos administradores locais uma ação tirânica, que poderia ser revogada por meio da violência direta, na medida em que visavam o retorno a uma situação anteriormente pactuada com o soberano. As justificativas para a rebeldia se colocavam, assim, no próprio universo das próprias práticas políticas que legitimavam o poder real. A repressão também se pautava e encontrava seus limites nestas mesmas práticas e, a menos que se conjugassem a ameaça externa e a interna, privilegiava-se uma política de cooptação dos rebeldes, conforme demonstrou o desenrolar dos motins mineiros<sup>48</sup>.

O estudo da Inconfidência Mineira se destaca como um tema relevante para a compreensão do espectro rebelde que de tempos em tempos sacudiu as Minas, das novas formas de dominação do estado, das formas de conflito e acomodação entre colonos e a administração portuguesa, do trânsito de antigas e da produção de novas idéias de rebeldia. Ao longo do tempo, muitos autores mergulharam na história desse movimento<sup>49</sup>, sufocado antes mesmo de nascer, para tentar compreender as motivações, idéias, projetos, inspirações e alcances de seus planos de revolta. Nesse sentido, apontaram não só para a importância das tensões internas que se acumulavam no interior da capitania, a composição social dos rebeldes, como para o compartilhar das idéias iluministas, para o redimensionamento das antigas formas de compreensão da legitimidade do poder régio, e para as novas práticas administrativas decorrentes da tentativa de mitigar os conflitos entre governantes e governados<sup>50</sup>.

<sup>46</sup> Carla Maria Junho ANASTASIA, *Vassalos rebeldes...* cit.; Idem e Flávio Marcus SILVA, «Levantamentos setecentistas mineiros, violência coletiva e acomodação»... cit.; Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, «O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII» ... cit..

<sup>47</sup> Adriana ROMEIRO, *A guerra dos emboabas...* cit.; Carla Maria Junho ANASTASIA, *A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas...* cit.; Maria Verónica CAMPOS, «Catando a vinha...», in *Governo de Mineiros...* cit., pp. 168-259; Rodrigo Bentes MONTEIRO, *O rei no espelho...* cit.

<sup>48</sup> Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, «Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais – 1736», *Revista Oceanos*, Lisboa, 1999, pp. 128-144; Idem, *O império em apuros...* cit.; Rodrigo Bentes MONTEIRO, *O rei no espelho...* cit.; Adriana ROMEIRO, *A guerra dos emboabas...* cit.

<sup>49</sup> Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO, «Painel Histórico e A sede e a saga: um percurso historiográfico da Inconfidência», in Domício PROENÇA FILHO (org), *A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1996; João Pinto FURTADO, *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002; Luís Carlos VILLALTA, «Historiografia e Inconfidência: das Luzes à Luzitânia», *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura...* cit., pp. 458-463.

<sup>50</sup> Kenneth MAXWELL, *A devassa da devassa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; Idem, «As causas e o contexto da conjuração mineira», in Júnia F. FURTADO (org), *Diálogos Oceânicos...* cit., pp. 389-414; Júnia F. FURTADO, «O outro lado da Inconfidência Mineira. Pacto colonial e elites locais», *LPH. Revista de História - UFOP*, Ouro Preto, vol. 4, pp.70-91, 1993/94.; João Pinto FURTADO, *O manto de Penélope...* cit.; Luís Carlos VILLALTA, «Leituras e Inconfidência mineira», in *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura...* cit., pp. 457-516.; FURTADO, Joaci. *Uma república de leitores: história e memória na recepção das cartas chilena*. São Paulo: Hucitec, 1997; Joaci FURTADO, «Uma utopia para o passado: a Inconfidência Mineira nas Cartas Chilenas», *LPH: Revista de História*, Ouro Preto, vol. 5, pp. 138-143, 1995; Sérgio Alcides Pereira do AMARAL, *Estes penhascos – Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas (1753-1773)*, São Paulo, Hucitec, 2003; Adélto GONÇALVES, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999; Ronald POLITO, *Um coração maior que o mundo: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial*, Rio de Janeiro, Globo, 2004; André Figueiredo RODRIGUES, *O clero e a conjuração mineira*, São Paulo, Humanitas / FFLCH-USP, 2002; Idem, *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*, São Paulo: FFLCH-USP, 2002. (Dissertação, Mestrado em História); Rafael de Freitas SOUZA, *Combate nas Luzes: a recepção e leitura do Recueil pelos Inconfidentes mineiros*, Belo Horizonte, UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História).

Os estudos sobre Minas também têm contribuído para a compreensão da delicada estratégia política que, em fins do século XVIII e início do XIX, unia os distantes pontos do império e que passava por uma vigorosa transformação. A antiga conquista portuguesa e seus súditos de além-mar participavam dos planos de remodelação do ultramar, sugerindo medidas pouco ortodoxas de revitalização da economia das diferentes partes do Brasil e que em muito significavam estruturar as relações de poder entre os dois pólos do império sobre novas bases. Além disso, os colonos resistiam às tentativas de recolonização de cunho ortodoxo que a coroa portuguesa por vezes procurava implementar, pois consolidava-se a consciência do papel que o Brasil, particularmente com a descoberta das riquezas minerais, tomava no conjunto do império oceânico ultramarino, e as elites locais pressionavam por novos arranjos da ordem política. Os intelectuais brasileiros procuravam estrategicamente aliar-se ao poder em busca de reformas do sistema, garantindo dessa forma a inserção do Brasil sob novos patamares na balança de poder. Ao mesmo tempo, a ruptura apresentava-se como uma das soluções possíveis na impossibilidade de reequilibrar de garantir um novo status político ao Brasil, sob novas bases de valorização hierárquica, e as Minas não estavam alheias a essas questões <sup>51</sup>.

#### 4. O espaço urbano como lócus de identificação política

O espaço urbano nas Minas se tornou o local preferencial de identificação cultural e política. Ali, a administração metropolitana e a igreja católica dispunham os símbolos de sua dominação e a utilização da pedra, como material construtivo preferencial, por sua durabilidade, marcava o tempo eterno do estado e da fé cristã <sup>52</sup>. Mas, para além da dicotomia rural – urbano, os novos trabalhos sobre a realidade espacial da capitania têm salientado as relações complementares e complexas que se estabeleceram entre o mundo da cidade, do campo e do sertão distante. Ainda é desafio para os historiadores a compreensão das relações que a área central e mineradora estabeleceu com as áreas limítrofes da capitania, com as outras capitanias, com o Reino e demais regiões do império português, bem como com a África de onde provinha o imenso contingente de escravos.

Sérgio Buarque de Holanda afirmou que, enquanto os espanhóis construíam cidades geométricas, a fantasia era a marca das vilas portuguesas, pois suas casas, em desalinho, pareciam que eram colocadas de acordo com a vontade dos moradores <sup>53</sup>. Na direção contrária apontada pelo célebre autor, os estudiosos buscaram reconstruir a configuração das urbes mineradoras, que redesenham o panorama da capitania, buscando compreender a estreita articulação entre as iniciativas administrativas, as regulamentações do espaço urbano e o movimento dinâmico da ocupação populacional. Nesse sentido, observou-se que as cidades se constituíram em sintonia com a diversificação econômica e promoveram a interação das diferentes atividades produtivas internas à capitania <sup>54</sup>. Era papel das câmaras municipais, entre outras

---

<sup>51</sup> Roberta Giannubilo STUMPF, *Filhos da Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763-1792)*, São Paulo, USP, 2001. (Dissertação, Mestrado em História); Carlos VERSIANI, *Cultura e autonomia em Minas Gerais: construção do ideário não-colonial – 1768-1888*, São Paulo, USP, 1996. (Dissertação, Mestrado em História); Virgínia Maria Trindade VALADARES, *Elites mineiras setecentista...* cit.; Júnia Ferreira FURTADO, «Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto», in Eliana de Freitas DUTRA (org), *Política, nação e edição – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. (no prelo); Maria Beatriz Nizza da SILVA, «Um brasileiro nas malhas da Inquisição: o mineiro José Joaquim Vieira Couto e a Maçonaria...» cit.

<sup>52</sup> Maria Paula Dias Couto PAES, *Teatro do controle, prudência e persuasão nas Minas do Ouro*, Belo Horizonte, UFMG, 2000. (Dissertação, Mestrado em História).

<sup>53</sup> Sérgio Buarque de HOLANDA, «O semeador e o ladrilhador», in *Raízes do Brasil*, 25ª.ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1993, pp. 61-85.

<sup>54</sup> Donald RAMOS, *A social history of Ouro Preto - 1695/1726*, 2 vols., Miami, The University of Florida, 1972. (Tese, Doutorado em Filosofia); Alexandre Mendes da CUNHA, *Vila Rica - São João del Rey: uma rota da desarticulação de cultura urbana entre o século XVIII e o XIX*, Niterói, UFF, 2002. (Dissertação, Mestrado em História); Idem, «A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas

obrigações, zelar pelo bom alinhamento das ruas e das casas, pela conservação das pontes, pela limpeza e fornecimento de água, mandando construir os chafarizes, pela regulamentação do comércio de víveres <sup>55</sup>. Os vereadores legislavam contra a ocupação urbana irregular e espontânea e, mesmo com toda a regulamentação, era sempre difícil exercer um controle severo, principalmente nos morros da periferia.

Mesmo nas Minas, que se caracterizou por uma colonização mais urbana, os estudos apresentam o aspecto precário dos períodos iniciais da ocupação, o que imprimiu um caráter efêmero e transitório às edificações nas urbes mineiras, devido à constante mobilidade da população, mudando-se sempre que um novo descoberto mineral se anunciava. Com o passar do tempo e com o progressivo assentamento da população, os arraiais cresceram e alguns foram elevados a vilas. As construções mesclavam a pedra e o barro, sendo a primeira mais utilizada nas construções imponentes e a segunda nas mais rústicas e populares. Os arraiais eram construídos nos morros, próximos a algum rio e, aos poucos, as edificações se diversificaram e o traçado urbano se tornou mais complexo. Era também função das câmaras zelar pelo saneamento do espaço urbano, porém isto era sempre muito difícil.

Os estudos tradicionais salientavam as questões políticas decorrentes das disputas de poder envolvidas nas contendas que indispunham as autoridades dos diversos núcleos urbanos nas Minas, atribuindo ao rigor metropolitano a escassez de títulos honoríficos concedidos aos arraiais mineiros e a limitação do número de vilas <sup>56</sup>. As novas análises, ao incorporarem as representações de cidades e dos núcleos urbanos que transparecem da análise dos discursos coevos, no entanto, salientam que tais discursos ressaltavam os aspectos que enobreciam as localidades tais como: a ordem dos assentamentos, a fidelidade dos moradores à Coroa, o papel defensivo e/ou estratégico da povoação, entre outros. Refletiam assim os interesses e as disputas dos moradores locais pela autonomia ou não dos espaços urbanos imprimindo novos significados aos conflitos entre os colonos e o poder metropolitano. Era a própria elite das câmaras municipais quem, freqüentemente, desejava limitar o fracionamento do termo, impedindo a instalação de novas vilas, o que exige dos historiadores uma nova compreensão da configuração das disputas internas à capitania <sup>57</sup>.

A cidade foi o local ideal para a publicidade do poder real, e o universo urbanístico de Minas foi palco de inúmeros cortejos, procissões, festas e desfiles que, por vezes, se prolongavam por vários dias. Esses eventos serviam para reforço do poder do estado e para a vivência do culto religioso católico. Foram emblemáticos do luxo e do fausto das festas mineiras o Triunfo Eucarístico, celebrado em Vila Rica, em 1733, por ocasião da transladação do Santíssimo Sacramento da igreja do Rosário para a matriz do Pilar, e o Áureo Trono Episcopal que se realizou, em 1748, em comemoração da criação do Bispado de Mariana, e da chegada do

---

considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século XVIII», in *10º. Seminário sobre economia mineira*; Maria Aparecida Menezes BORREGO, *Códigos e prática: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)*, São Paulo, Annablume, 2004; Sérgio Alcides Pereira do AMARAL, *Estes penhascos...* cit.; Claudia Damasceno FONSECA, «O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações», in *Termo de Mariana: história e documentação*, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998, pp. 27-86.

<sup>55</sup> A.J.R. RUSSELL-WOOD, «O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural», in *Homens de Negócio...* cit.; Júnia Ferreira FURTADO, «O comércio nas Minas», in *Homens de Negócio*, pp. 197-216; Flávio Marcus da SILVA, *Subsistência e poder...* cit.; Maria de Fátima Silva GOUVÊA, «Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII», *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.31, pp.120-141, 2004.

<sup>56</sup> Francisco IGLÉSIAS, «Minas e a imposição do Estado no Brasil»... cit.

<sup>57</sup> Claudia Damasceno FONSECA, *Des terres aux villes de l'or. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003; Idem, «Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais», *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29, pp. 39-51, 2003.

primeiro bispo, Dom Manoel da Cruz<sup>58</sup>. O poder eternizava-se nos monumentos que se erguiam, na ordenação do espaço e também nos vários acontecimentos sociais, principalmente os que ocorriam na rua, como festas e procissões. Eram momentos que revelavam a ordenação informal pela qual a sociedade mineira do setecentos procurava se reger, e estavam marcados pelas normas de etiqueta e pela pompa que informavam os padrões de comportamento e hierarquia que se procurava instituir<sup>59</sup>. Ao mesmo tempo, eram válvulas de escape das tensões que estas mesmas sociedades engendravam e, em muitos de seus aspectos, eram manifestações inversas do quadro social onde estavam inseridas<sup>60</sup>. Neste jogo de oposições, as festas oficiais eram mecanismos de reforço dos laços sociais, pois cumpriam um duplo papel, tinham um aspecto pedagógico, ensinando aos indivíduos o papel que eles ocupavam e também relaxavam das contradições existentes na sociedade<sup>61</sup>, sendo “um hábil meio de diminuir as tensões inerentes à diversidade étnica e às distinções sociais da colônia”<sup>62</sup>.

Por outro lado, o incorformismo foi prática reinante no universo cultural das Minas Gerais e as heresias, a magia, a moralidade heterodoxa, os resquícios de paganismo e da religiosidade africana eram constantemente perseguidos pelos visitantes diocesanos, que nos legou registros inestimáveis sobre a cultura local às margens dos padrões institucionais<sup>63</sup>. Muitos historiadores se aventuraram no estudo do que se convencionou chamar de circularidade ou reciprocidade entre a cultura erudita e a popular, cujo exemplo clássico foi o de Pedro de Rates Henequim, preso pela Inquisição, condenado como herege e queimado no último Auto de Fé que Lisboa assistiu. A análise de sua visão de mundo e de outros contemporâneos seus revela a existência de um universo mental comum aos moradores das Minas, particularmente os oriundos do reino, no início do século XVIII, no qual o milenarismo ocupava um papel central e levava esses atores à edenização da região<sup>64</sup>. Nesta perspectiva, o olhar se desloca e a América coloca-se como centro a partir do qual idéias novas eram constituídas. As caravelas que cortavam incessantemente os oceanos tornavam-se caravelas de cultura, não só porque eram portadoras de homens e objetos que reproduziam na terra dos papagaios os valores e a cultura europeia, mas que no trajeto de volta levavam uma nova percepção do mundo, que imprimia suas marcas na própria cultura do colonizador.

Outro mecanismo de circulação de idéias e que contribuiu para criar laços de identidade entre os dois lados do Atlântico, mas paradoxalmente também para divulgar idéias de rebelião foi a difusão dos livros e as práticas de leitura, temas que despertaram o interesse dos estudiosos, pois percebeu-se a importância e a abrangência da cultura letrada que se configurou nas Minas, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Se por um lado, o mobiliário das casas

<sup>58</sup> Íris KANTOR, *Pacto festivo em Minas colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*, São Paulo: USP, 1996. (Dissertação, Mestrado em História).

<sup>59</sup> Idem, *Ibidem*; Idem «Tiranía e fluidez da etiqueta nas Minas setecentistas», *LPH: Revista de História*, Ouro Preto, vol. 5, pp. 122-137, 1995; Camila Fernanda SANTIAGO, *A Vila Rica em festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica – 1711-1744*, Belo Horizonte, C/Arte, 2003; Idem, «Os gastos do senado da Câmara de Vila Rica com festas: destaque para *Corpus Christi* (1720-1750)», in István JANCÓS; Íris KANTOR (Org.), *Festa: Cultura e Sociabilidade na América portuguesa*, São Paulo, 2001. vol. 2, pp. 487-501; Júnia Ferreira FURTADO, «Desfilar: a procissão barroca», *Revista Brasileira de História - ANPUH*, São Paulo, vol. 17, n.º 33, pp. 251-279, 1997.

<sup>60</sup> Marcos Magalhães AGUIAR, «Festas e rituais de inversão hierárquica nas Irmandades negras de Minas colonial», István JANCÓS; Íris KANTOR (Org.), *Festa... cit.*, vol. 1, pp. 361-393.

<sup>61</sup> Mary Del PRIORE, «Olhares cruzados na festa», in *Festas e utopias no Brasil colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 17-28.

<sup>62</sup> Mary Del PRIORE, *Festas e utopias... cit.*, p. 15.

<sup>63</sup> Eduardo França PAIVA, *Escavidão e universo cultural na Colônia - Minas Gerais, 1716-1789*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001; Luiz MOTT, *Rosa Egípcia, uma santa africana no Brasil*, Rio de Janeiro, Bertrand, 1993.

<sup>64</sup> Plínio Freire GOMES, *Um herege vai ao paraíso, cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997; Adriana ROMERO, *Um visionário na Corte de D. João V... cit.*; Júnia Ferreira FURTADO, «As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro», *Anais de História do Além-mar*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, vol. IV, 2003, pp. 155-212.

era simples ou quase inexistente; por outro, contrastavam os objetos de adorno, as louças e as bibliotecas. Não raro, a elite mineira encontrou nos livros o arcabouço para as idéias de sedição e inconformismo que, de tempos em tempos, agitaram as Gerais <sup>65</sup>, sendo que muitas delas ancoravam-se no Iluminismo <sup>66</sup> e também na tradição histórica da Segunda Escolástica, apontando para um trânsito de idéias entre as Minas, Portugal e a Europa <sup>67</sup>. Esses estudos não pretenderam defender que a simples posse de livros proibidos fosse suficiente para provocar um levante ou revolução, nem que as bibliotecas eram constituídas apenas de livros de teor iluminista, mas certamente a leitura e a difusão sistemáticas de várias obras corroíam os pilares dos estados absolutistas – *a lei, a fé e o rei*. Os inventários mineiros do fim do século XVIII revelaram uma elite sofisticada e intelectualizada, em constante contato com hábitos e idéias que circulavam na Europa, mas não apenas adaptando as idéias que vinham de fora, mas reinterpretando-as a luz das vivências locais <sup>68</sup>.

#### 4. Minas e a historiografia do Império

Em linhas gerais, a nova historiografia mineira tem buscado estudar de que forma a articulação entre esses mecanismos infra-estruturais, essenciais à reprodução do poder régio, se reproduzia no império, e de que maneira o governo das Minas foi uma experiência ímpar, redimensionado as próprias maneiras de governar no império. Também tem apontado que, durante o período pombalino (1755-1777), as tentativas de transformações nesse axioma, até então base de legitimidade do poder régio, na busca de um reforço do absolutismo monárquico, pretendia diminuir o poder de negociação aos súditos, conferindo-lhes um novo *status* na ordem política e as transformações políticas ocorridas no império com a ascensão de Dona Maria I, a partir de 1777. Essas ações trouxeram apreensão e inconformismo e se refletiram em inúmeros levantes ocorridos em Minas e em Portugal, no terceiro quartel do século XVIII que se revelam inclusive na Inconfidência Mineira.

Desse primeiro balanço emerge um saldo favorável. A proliferação dos estudos, com sua diversidade temática, metodológica e caráter interdisciplinar, tem aberto o campo de investigação para o historiador que se debruça sobre o passado colonial das Minas Gerais. Percebe-se que esse conjunto de trabalhos tem se mostrado sensível ao particular, aos processos históricos correntes na capitania, mas em eterna sintonia com os acontecimentos mais globais, especialmente os que aconteciam em outras regiões do Brasil como no restante do império <sup>69</sup>. A historiografia mineira recente acompanhou de perto a renovação dos estudos históricos no mundo

<sup>65</sup> Luís Carlos VILLALTA, «Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII» *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 8, n.º1-2, pp. 19-52, 1995; Idem, «O diabo na livreria dos inconfidentes», in Adauto NOVAIS (org.), *Tempo e história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 367-395; Joaci FURTADO, *Uma república de leitores...* cit.; Idem, «Uma utopia para o passado»... cit.; Álvaro de Araújo ANTUNES, *Espelho de cem faces...* cit.; Rafael de Freitas SOUZA, *Combate nas Luzes...* cit.

<sup>66</sup> Paulo Gomes LEITE, «A cultura do Tejuco no resgate do Iluminismo em Minas Gerais», *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. 14, pp. 22-26, março 1989; Idem, «Contestação e Revolução na Biblioteca de Vieira Couto», *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. 27, p. 23, jul.1990; Idem, «Duas edições anônimas de d'Alembert em Diamantina», *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. 16, pp. 43-46, maio 1989.

<sup>67</sup> Luís Carlos VILLALTA, *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura...* cit.; Júnia Ferreira FURTADO, «Sedição, heresia e rebelião nos trópicos»... cit.; Thábata Araújo de ALVARENGA, «Tradição ou inovação nas leituras: Vila Rica – 1750-1800», *Oficina da Inconfidência*, Ouro Preto, Museu da Inconfidência, ano 1, vol. 1, pp. 25-64, 1999.

<sup>68</sup> Júnia Ferreira FURTADO, *O Livro da Capa Verde...* cit., pp. 54-55; Paulo Gomes LEITE, «Livros perigosos no Tejuco», *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. 22, pp. 28-32, Dez.1989; Idem, «Um iluminista holandês na biblioteca de Vieira Couto», *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. 32, pp. 24-29, Dez.1990; Idem, «A maçonaria, o Iluminismo e a Inconfidência Mineira», *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. 33, pp. 18-23, jan.1991; Idem, «Pornografia, subversão e ateísmo na biblioteca de um cientista tejuicano», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. XXIII, pp. 222-233, abr.2000.

<sup>69</sup> Júnia F. FURTADO (org), *Diálogos Oceânicos...* cit.; Rodrigo Bentes MONTEIRO, *O rei no espelho...* cit.

e no Brasil, mas não o fez apenas como simples imitação de modelos. Procurou contribuir de forma original nos debates que têm sido travados nos últimos anos e utilizado a experiência histórica da capitania para propor novas interpretações sobre temas caros à comunidade acadêmica, particularmente no que diz respeito às relações de poder no interior do império ultramarino português, salientando as identidades e os paradoxos decorrentes das relações entre os dois pólos. Tem-se aberto também o campo de estudos comparativos, ainda que estudos com este perfil sejam ainda em número reduzido<sup>70</sup>. A abertura nunca vista do conceito de fontes promoveu a incorporação inovadora de um conjunto heterodoxo de documentos, no sentido amplo do termo. Isso permitiu que fosse desvendado o dia-a-dia das Minas, e a sociedade e a cultura mineradora foram temas de inúmeros trabalhos que salientaram a diversidade e a heterogeneidade como suas características intrínsecas, descortinando, como nunca antes aos olhos do público, o mundo dos livres, forros e escravos da capitania que viveram em contínua interação e conflito.

A recente percepção de que a história colonial não podia ser concebida apenas sob o viés da oposição resultou na formulação do conceito de América Portuguesa, que ressalta as identidades. A idéia de Brasil Colônia, mais comumente empregada pelos historiadores até então, e que ressalta as oposições que se estabeleciam entre os dois lados do Atlântico, passou a ser vista não como um conceito neutro, mas carregado de determinismos que só se explicam pela posterior independência da região. Nesse sentido, pensar a história de Minas colonial hoje significa estabelecer um diálogo com o restante do Império Português, seja o Reino, seja o restante das colônias, procurando captar as diferenças e identidades. A proposta de comunicação pretende fazer um balanço da recente produção histórica em Minas Gerais, articulando de uma forma mais ampla com os trabalhos realizados no Brasil, e em Portugal –analisando-a a partir de uma dimensão Atlântica a partir da questão: O que significa estudar Minas a partir do Império e o Império a partir de Minas.

---

<sup>70</sup> Mariana Libânio de Rezende DANTAS, «Black Townsmen: a comparative study of the lives of persons of African origin and descent in slavery and freedom in Baltimore, Maryland, and Sabará, Minas Gerais, 1750-1810», Baltimore, Johns Hopkins, 2003. (Tese, Doutorado em História).